

# Roriz contesta denúncias à Comissão

O governador Joaquim Roriz enviou ontem à CPI do Orçamento documento contestando as irregularidades apontadas no convênio com o Ministério da Ação Social, nas obras do setor C da Papuda, na construção da escola técnica industrial de Brasília e na implantação da rede de esgoto no Lago Norte. No documento, Roriz reafirma que o convênio com o Ministério da Ação Social foi assinado no dia 6 de fevereiro de 1991, e cita como provas o noticiário veiculado pela imprensa.

"A aposição da data, 31/12/91, não foi de responsabilidade do Governo do Distrito Federal", afirma o governador, que afasta também do GDF a responsabilidade pela publicação do "resumo do convênio no Diário Oficial da União do dia 19 de janeiro de 1991, página 1494". Segundo o governador, "é usual no serviço público que a elaboração dos contratos, a aposição da data após a assinatura e a publicação do órgão oficial sejam providenciadas pelo órgão repassador dos recursos". Assim, Roriz sugere que "quaisquer esclarecimentos sobre a data aposta ao convênio e sua subsequente publicação no Diário Oficial da União somente

podem ser oferecidos pela Administração Pública Federal".

A participação da Codeplan (Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central) no convênio, explica o governador, está de acordo com o que prevê o estatuto da companhia. No caso específico, segundo ele, "a Codeplan deu seu apoio ao Ministério da Ação Social na construção de unidades de apoio profissionalizante, inclusive com a utilização de mão-de-obra, de produtos e de tecnologia de Brasília". Quanto à contratação da Fundação Fraternidade Essência do Brasil, sem licitação, segundo Roriz, a diretoria da Codeplan considerou "a legislação aplicável e a declaração de exclusividade expedida pela Associação Comercial do Distrito Federal".

Conforme o governador, esta questão está sob exame do Tribunal de Contas do Distrito Federal, que "solicitou aos ex-diretores da Codeplan que apresentem as razões que levaram a fundamentar a dispensa de licitação".

Roriz informa à CPI do Orçamento que a assessoria técnica do Tribunal de Contas da União

(TCU), apontou três falhas acerca da licitação para contratação das obras de ampliação do sistema penitenciário da Papuda. A primeira refere-se à carta de fiança apresentada pela empresa vencedora. A segunda diz respeito à prática de conluio entre as empresas participantes da licitação. E a última refere-se a possível superfaturamento de preços. De acordo com o governador, a Secretaria de Segurança Pública do DF, em dezembro do ano passado, "determinou a substituição das garantias apresentadas pela licitante vencedora, por carta de fiança bancária, providência que se ultimarão nos próximos dias".

Roriz afirma que os recursos destinados à construção da rede de esgotos do Lago Norte, transferidos à Companhia de Água e Esgotos de Brasília (Caesb), "foram devolvidos ao Ministério do Bem-Estar Social, em 11 de agosto de 1993, em razão da insuficiência do prazo para a realização de licitação e execução da obra". Ele nega que os recursos tenham sido desviados para a construção de rede de esgoto na cidade-satélite de Planaltina e garante que as obras naquela cidade estão sendo executadas com recursos do Distrito Federal.